

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures – Consolidado

	2017	2016
Captações estruturadas (a)	1.378.731	1.413.784
Capital de giro e <i>Bridge Loan</i>	–	9.124
(-) Custo de transação (b)	(34.751)	(38.056)
Passivo circulante	86.926	67.209
Passivo não circulante	1.257.954	1.317.643

(a) **Captações estruturadas:** (i) A SuperVia possui uma linha de crédito aprovada, no montante de R\$ 1.635.927, sujeita à remuneração de TJLP + 2,63% e Pré 5,63%, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento. O saldo captado atualizado até 31/12/2017 é de R\$ 1.008.464. Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento sujeita a remuneração de IPCA + 7,5%. (b) **Custo de transação:** Os custos incorridos no captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. (c) **Garantias:** A SuperVia obriga-se, em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento, a constituir e manter, durante esse financiamento, conta reserva aberta junto ao Banco Depositário, na qual deverão permanecer depositados recursos correspondente ao saldo mínimo estabelecido em contrato. A movimentação desta conta reserva é realizada através de uma gerenciadora de recursos e pagamentos, que os efetua no âmbito do programa de investimento da SuperVia. (f) **Prazo de vencimento:** O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2017	2016
2018	–	79.328
2019	18.650	99.898
2020	99.898	99.861
2021	99.861	99.807
2022	99.807	99.806
2023	99.806	99.806
2024	99.806	99.806
2025	99.806	99.806
2026	99.806	99.806
2027 em diante	539.614	439.719
	1.257.954	1.317.643

13. Credor pela aquisição da concessão

	2017	2016
SuperVia	22.450	25.589
Passivo circulante	3.572	3.572
Passivo não circulante	18.878	22.017

(a) Refere-se a obrigação contratual da SuperVia, por conta da concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de

Janeiro, no montante de R\$ 28.000, dois quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. O saldo restante, após 60 meses de carência, está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31/12/2017, foram pagas 164 parcelas e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 22.450 (2016 – R\$ 25.589). **14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado – (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) Ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, considerando a compensação dos saldos ativos e passivos da SuperVia, é a seguinte:

	2017	2016
Prejuízo fiscal e base negativa	154.751	161.161
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(226.797)	(231.950)
Outras diferenças temporárias	(69.470)	(55.481)
	141.516	126.270

A expectativa da Administração da SuperVia quanto à realização total dos créditos fiscais acima referida está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização	
	2017	2016
2018	8.656	–
2019	8.385	–
2020	13.405	–
2021	17.002	–
2022 em diante	107.303	–
Total	154.751	–

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
SuperVia	(10.154)	(3.641)	4.144	1.470
	(10.154)	(3.641)	4.144	1.470

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
OM	(9.137)	(3.299)	(9.511)	(3.432)
SuperVia	(116)	(42)	(787)	(243)
	(9.253)	(3.341)	(10.298)	(3.675)

15. Provisão cíveis, trabalhistas e previdenciárias – (i) A SuperVia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O SuperVia apresentava os seguintes saldos de provisões, e de depósitos judiciais em 31 de dezembro:

	2017		2016	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Contingências trabalhistas e previdenciárias	10.024	3.468	8.573	4.117
Reclamações cíveis	17.129	21.898	5.962	32.455
	27.153	25.366	14.535	36.572

A Administração da SuperVia, constata a opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomadas em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. A SuperVia estima provisões para perdas em processos com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito, calculado em conjunto com seus assessores externos.

(ii) Movimentação

	Provisões		Depósitos judiciais	
	Reclamações trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Reclamações trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis
Em 19/01/2017	4.117	32.455	8.573	5.962
Adições	–	52.558	1.451	10.966
Pagamentos	(614)	(11.079)	–	455
Baixas	(35)	–	–	(254)
Em 31/12/2017	3.468	21.898	10.024	17.129

(iii) **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** Em 31/12/2017, a Companhia, de forma consolidada através de suas investidas, tem ações de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 451.557 (2016 – R\$ 367.430). **16. Patrimônio líquido – (a) Capital social:** Em 31/12/2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 595.583, composto por 595.582.950 ações ordinárias, da seguinte forma representada:

	Número de ações		Participação social (%)	
	2017	2016	2017	2016
Acionistas				
Odebrecht Transport				
Mobilidade Urbana S.A. Incorporated	357.349.850	357.349.850	60,00%	60,00%
Guarana Urban				
	238.233.100	238.233.100	40,00%	40,00%
	595.582.950	595.582.950	100,00%	100,00%

(b) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitarão pelo resultado.

	Diretoria	
	2017	2016
Gustavo Dantas Guerra		
Hugo Gonçalves Vieira de Assunção		
Marcelo Fogaça Cristante		
Ricardo Haruo Yokomiso – CRC-SP 301817/O-8		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

sendo que a Companhia ingressou com medida judicial visando o ressarcimento e recomposição da margem do contrato de concessão. Os assessores jurídicos da SuperVia avaliam a chance de perda como "remota". Contudo, o recebimento dos recursos está vinculado às negociações entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro mediante negociação entre as partes e/ou decisão judicial do processo que tramita na Vara de Fazenda Pública.

Reapresentação dos valores consolidados correspondentes: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controlada indireta da Companhia), durante o exercício findo em 31/12/2017, identificou reclassificação contábil de competência do exercício anterior referente ao saldo a receber decorrente do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão sobre as faturas de energia elétrica. Desta forma, o valor correspondente foi reclassificado e as informações contábeis consolidadas do exercício findo em 31/12/2016, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Adminis-

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(1.269)	(763)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	(1)	20
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	1.301	(3.137)
Ganho (perda) transação de capital	(2.611)	2.611
Saldo no final do exercício	2.580	(1.269)

(c) **Dividendos:** Em 06/07/2017, foi aprovado na assembleia geral ordinária a não distribuição de dividendos no montante de R\$ 25.377 referente ao exercício de 2016.

	2017	2016
17. Receita líquida – consolidado		
Receita de construção (Nota 18)	97.930	186.738
Receita de operação		
Bilhetaria	615.946	617.946
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	42.144	21.453
Outras receitas	13.374	12.295
	671.464	651.694
	(16.859)	(13.410)
	654.605	638.284
	752.535	825.022

Tributos sobre serviços de operação
Receita operacional líquida
Receita líquida

18. Receita e custo de construção – A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelas controladas na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível e/ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas.

	2017		2016	
	Direito de Concessão	Receita de construção	Custo de construção	Custo de construção
SuperVia	97.930	(97.930)	186.738	(186.738)

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia e sua controlada na formação da infraestrutura de cada contrato, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da SuperVia na formação do seu ativo intangível. A receita de construção está relacionada aos contratos de longo prazo, sendo associada aos respectivos direitos conforme o tipo de ativo presente em cada contrato de concessão. Em 31/12/2017, o saldo de receita e custo de construção refere-se integralmente a SuperVia.

19. Gastos por natureza

	Consolidado	
	2017	2016
Classificadas por natureza:		
Serviços de terceiros	(187.917)	(198.610)
Despesas com pessoal	(210.000)	(207.242)

Classificadas por natureza:
Serviços de terceiros
Despesas com pessoal

	Diretoria	
	2017	2016
Gustavo Dantas Guerra		
Hugo Gonçalves Vieira de Assunção		
Marcelo Fogaça Cristante		
Ricardo Haruo Yokomiso – CRC-SP 301817/O-8		

	2017	2016
Depreciação e amortização	(80.988)	(68.649)
Outras despesas	(27.796)	(39.316)
	(506.702)	(513.817)

Classificadas por função:
Custo dos produtos vendidos/serviços prestados
Gerais, administrativas e vendas
Outras despesas, líquidas

	2017	2016
Custo dos produtos vendidos/serviços prestados	(392.726)	(387.021)
Gerais, administrativas e vendas	(114.160)	(127.259)
Outras despesas, líquidas	184	463
	(506.702)	(513.817)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Receitas com juros	55.195	65.182	63.737	65.700
Variações cambiais e monetárias	–	–	2.206	3.606
Outros	–	75	2.341	1.599
	55.195	65.257	68.284	70.905

Despesas financeiras
Despesas com juros
Variações cambiais e monetárias
Outros

	2017	2016
Despesas com juros	–	(9)
Variações cambiais e monetárias	–	(2)
Outros	(2.733)	(3.288)
	(2.733)	(3.299)
	52.462	61.959

21. Lucro (prejuízo) por ação – Básico e diluído: O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)

	2017	2016
Lucro (prejuízo) por ação (em Reais)	(0,01)	0,06

22. Eventos subsequentes – Em 24/01/2018, a Move SP ingressou com recurso de pedido judicial de rescisão do Contrato de Concessão e, em 12/03/2018, foi iniciado o processo de caducidade do Contrato de Concessão por parte do Poder Concedente, a partir da notificação da Secretária de Estado dos Transportes Metropolitanos.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Odebrecht Mobilidade S.A.** – São Paulo
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht Mobilidade S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Mobilidade S.A. em 31/12/2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases – Investigações e medidas judiciais em andamento: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 "as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, desde 2014 encontramos em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação "Lava-Jato", que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem

parte. Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, no contexto dessas investigações, foram executados, em 2016, mandados de busca e apreensão nas dependências de empresas do Grupo Odebrecht. De igual forma, consta que o ex-presidente da Companhia é um dos colaboradores da justiça, juntamente com executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht. Em 01/12/2016, o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A. celebraram Acordo de Leniência, conforme detalhado na Nota explicativa nº 1, através do qual esta última admite a prática de condutas ilícitas por seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados. Por este acordo, a Odebrecht S.A. ainda declarou ter plena prerrogativa para, através do seu poder de controle, determinar o cumprimento do acordo a todas as empresas do grupo econômico Odebrecht, incluindo suas controladas diretas. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reequilíbrio econômico financeiro extraordinário do contrato de concessão – SuperVia: Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção ao assunto descrito na Nota Explicativa nº 2.4, a respeito do processo judicial movido pela SuperVia contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro visando o reequilíbrio econômico financeiro, em caráter extraordinário, do contrato de concessão em virtude do aumento excessivo das tarifas de energia elétrica. Encontra-se registrado no ativo não circulante na rubrica "Contas a receber", o montante de R\$ 86,9 milhões (R\$ 54,5 milhões em 31/12/2016) correspondente ao valor da parcela do desequilíbrio econômico financeiro da conta de energia elétrica do período iniciado em dezembro de 2015 a dezembro de 2017, cuja obrigação de ressarcimento/pagamento deve ser atribuída ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse desequilíbrio é derivado do aumento de tarifas acima da inflação decorrente de políticas de regulação de preços mínimas realizadas em anos anteriores e da implantação do sistema de bandeiras tarifárias aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 2014, onde o preço unitário da tarifa não previa tal diferenciação no consumo de energia,

tração pretende liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Adminis-

São Paulo, 28 de março de 2018

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.593/O-1
Edilson Attiziani
CT CRC 1SP 293.919/O-7

Daniel G. Maranhão Jr.
CT CRC 1SP-215.856/O-5